

ECONOMIA COLONIAL NA AMAZÔNIA

Lúcio Flávio Pinto¹

¹ JORNALISTA EDITOR DO JORNAL PESSOAL

RESUMO: O setor mineral investirá 40 bilhões de dólares (quase 70 bilhões de reais) no Pará nos próximos cinco anos (2010/2014). Dá uma média de US\$ 8 bilhões ao ano. É quase o dobro da receita tributária líquida do Estado, o dinheiro que mantém a máquina pública em funcionamento e responde pelos investimentos públicos, que não vão além de 10% do total. Nenhuma atividade econômica terá aporte semelhante de capital. É possível que, afinal, o Pará assuma a liderança da economia mineral brasileira. Dos US\$ 40 bilhões que constam da programação das empresas, quase US\$ 26 bilhões serão aplicados na extração de minério, menos da metade (US\$ 11 bilhões) na indústria de transformação, US\$ 2,7 bilhões em infraestrutura e transporte e US\$ 505 milhões em outros negócios. O cômputo inclui apenas 14 projetos de extração de minério (oito deles de responsabilidade direta da Vale e um de sua coligada Mineração Rio do Norte) e 8 de indústria mineral (só 3 da Vale, em um dos quais associada à Sinobrás), mais três de infraestrutura e transporte (sendo dois da Vale) e dois de "outros negócios (um só da Vale e outro em associação). Mas há mais 18 projetos minerais em fase de pesquisa. O principal efeito desses investimentos será incrementar ainda mais a especialização do Pará como Estado exportador (talvez vindo a ocupar a 4ª ou mesmo a 3ª posição nacional em 2014) e gerador de saldo de divisas (o 2ª mais importante do Brasil). A fatia dos minérios e derivados na pauta de exportação paraense, que já é de 85%, poderá experimentar expansão ainda maior (talvez para 90%). E, internamente à economia mineral, o setor meramente extrativo deverá ultrapassar dois terços do produto mineral, enquanto a indústria de transformação encolherá um pouco. Esses números escancaram uma realidade: o subsolo do Estado é tão rico que sua vocação mineral é inevitável. Um novo produto, o níquel, começará a ser produzido neste ano, juntando-se aos demais, que têm expressão internacional, como o minério de ferro, a bauxita, o cobre, o caulim, a alumina, o alumínio, a gusa e, no futuro, o aço. Como na economia prepondera a mera extração do minério e sua dita industrialização se reduz a insumos e semi-elaborados, a se manter esse perfil o Pará deverá ter o mesmo destino dos Estados e países de economia primária: crescer sem se desenvolver, gerar renda sem progresso. Hoje as mineradoras dizem ter consciência de sua responsabilidade social e ambiental, que incorporaram ao seu modo de proceder para não serem apenas geradoras de riqueza bruta. Garantem que não querem continuar a ser enclaves, que só agregam benefícios em torno de si e, mesmo assim, mínimos, se considerados os efeitos multiplicados no local de destino dos seus produtos, onde serão realmente manufaturados até o fim da cadeia produtiva. De fato, o comportamento das mineradoras melhorou bastante em relação ao padrão de atuação em outras áreas coloniais. Algumas parecem de fato empenhadas em distribuir seus resultados por mais gente e mais longe do que sob a influência direta da mina. Ainda neste caso, porém, o benefício é residual. No ano passado o setor mineral exportou US\$ 7,1 bilhões (dos 8,3 bilhões do comércio exterior do Pará), o equivalente a pouco mais de 12 bilhões de reais. Os royalties pagos chegaram a R\$ 243 milhões, ou 3% do valor das exportações. E esse valor foi recorde. A arrecadação da CFEM cresceu cinco milhões de reais em relação a 2008, apesar da queda de receita de exportação de 22% (igual ao percentual de baixa nas exportações totais do Pará). Provavelmente esse fato se deve às vendas internas de minérios, cujos dados não foram incluídos no Balanço Mineral de 2009. Embora a esmagadora maioria do minério de ferro extraído de Carajás ainda tenha como destino a exportação (sobretudo para a China e, mais secundariamente, o Japão), se o projeto da siderúrgica de Marabá por implantado (investimento de US\$ 3,7 bilhões), uma parcela mais significativa será absorvida localmente. Como até 2014 a produção de Carajás irá dobrar, indo para 200 milhões de toneladas anuais, esse incremento do consumo interno (hoje exclusivo das guseiras) será relativizado pelo crescimento ainda maior do comércio internacional. Mais atentas para a natureza e o homem, ainda assim as empresas do setor mineral não conseguem fazer crer que essas mudanças irão alterar o perfil colonial que o Pará tem hoje. Mas muito ainda precisa ser feito até que se possa "desenvolver uma cultura mineral" no Pará, sem a qual não haverá mudança. Uma das iniciativas pode ser estabelecer um percentual de participação do Estado a partir de determinado volume de lucro líquido alcançado pelas empresas. Em 2005 a Vale foi a companhia que mais distribuiu dividendos no mundo inteiro. Uma vez assegurada a remuneração estabelecida em lei para os acionistas e a reserva legal, as distribuições a partir desse ponto deviam incluir o Estado e os municípios com um percentual para que, aí, sim, eles tivessem ganhos reais sobre a lucratividade adicional com a exploração dos seus recursos naturais e não apenas compensações marginais, como agora. Ou então a linha do crescimento físico continuará a evoluir em paralela muito mais ascendente do que a do desenvolvimento, que a acompanhará em posição muito inferior.